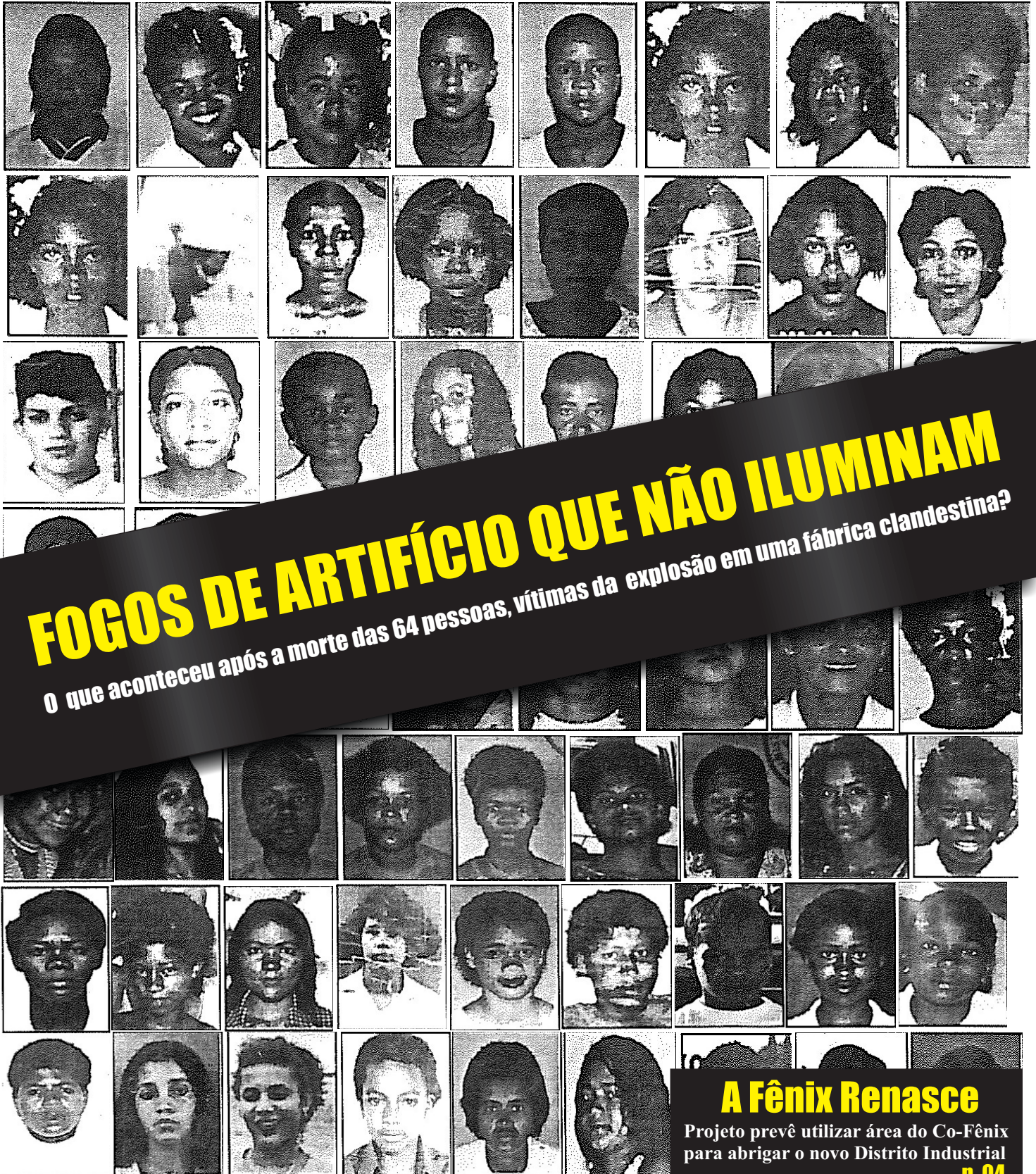


# RELATOS



## FOGOS DE ARTIFÍCIO QUE NÃO ILUMINAM

O que aconteceu após a morte das 64 pessoas, vítimas da explosão em uma fábrica clandestina?

### A Fênix Renasce

Projeto prevê utilizar área do Co-Fênix para abrigar o novo Distrito Industrial

# A FORÇA VEM DA DOR

Noa 11 de dezembro de 1998, às 5h da manhã já estavam de pé. Sem muito planejamento, viviam a mesma rotina. Dona Maria Balbina dos Santos, de 51 anos, conhecida por todos como Dolores, já havia tomado seu café puro, trocado meias palavras com seu marido e na saída para o trabalho em casa de família, pediu que sua filha não fosse a fábrica. Mas Arlete, menina nova de 14 anos, que ia crismar no dia 12 de dezembro, não ouviu. Teimou e foi. Dolores desistiu e deu continuidade aos seus afazeres, mesmo com uma pontinha de desconfiança de que aquele dia fugiria da sua simplória rotina.

Há algumas ruelas depois, no mesmo bairro Irmã Dulce, havia outra senhora chamada Maria Madalena dos Santos Rocha, de 46 anos, onde havia acordado no susto e com uma sensação ruim. Não imaginavam que esse sentimento se perpetuaria infinitamente em suas vidas. Mesmo assim levantou, esperou dar 7 horas da manhã para acordar as três filhas: Mônica, 22, Adriana, 15 e Fabiana, 14, ambas eufóricas com a chegada das férias.

Enquanto Madalena ouvia as crianças das meninas, Balbina já estava próxima ao seu trabalho. Chegou, lavou os pratos, varreu a casa e foi para a cozinha ligar o rádio e escutar as mais tocadas do fim de ano. As três filhas de Madalena saindo de casa se despediram da mãe e foram embora. O coração ainda doía. Fabiana olhou para trás, voltou correndo e disse a sua mãe que seria o último dia que iria a fábrica, tinha cansado, não queria mais aquilo de enrolar traques e mexer com pólvora. Madalena acenou positivamente com a cabeça e disse “Vá com Deus”. Voltou para dentro e continuou seus afazeres em casa.

Às 11h45 escutaram um barulho que dava para ouvir em qualquer canto da cidade. Após alguns minutos, a

população de Santo Antonio de Jesus descobriu o que havia causado tanto estrondo na cidade: a explosão de uma fábrica clandestina de fogos de artifício que matou 64 pessoas, dentre elas, as filhas das Marias.

Pessoas saíram dos seus trabalhos e foram ao Hospital Luiz Argolo tentar amenizar de qualquer forma aquela situação. Vítimas saíam carbonizadas pelas ruas procurando ajuda. Nesse cenário correram para a casa de Maria Madalena e em tom eufórico gritaram: “A tenda explodiu!”. Agoniada, entrou no primeiro carro parado próximo a sua casa e pediu que a levassem ao hospital. Descobriu que suas três filhas estavam mortas.

“**Diante de tanta dor, tanto sofrimento, descobriram o quanto eram fortes**”,

diz Ana Maria Santos, presidente do Fórum de Direitos Humanos

Dolores recebeu a notícia da explosão e ficou em transe. Não falava, não chorava, apenas tremia. Só se deu conta do que havia acontecido um dia depois. Sua filha internada com ferimentos graves, não aguentou e depois de alguns dias faleceu. “Diante de tanta dor, tanto sofrimento, descobriram o quanto eram fortes”, diz Ana Maria Santos, presidente do Fórum de Direitos Humanos de Santo Antonio de Jesus, em relação a motivação para a criação do Movimento 11 de Dezembro.

**LUTA POR JUSTIÇA:** A partir de Madalena, Dolores, familiares de vítimas e pessoas que se recusam a esquecer a tragédia, foi criado o Movimento 11 de Dezembro, fundado dois meses após a tragédia



Madalena perdeu suas três filhas na explosão da fábrica no dia 11 de dezembro de 1998

com o objetivo de lutar por justiça. Maria Madalena ressalta que muitos obstáculos ainda não foram superados nestes quase 15 anos, como a clandestinidade e o trabalho infantil.

Para ela, isso não é somente responsabilidade dos agentes fiscalizadores, mas da população que não se mobiliza para combater a fabricação irregular de fogos na cidade

e região. Outro ponto é a falta de engajamento dos poucos associados. Eles não possuem um espaço físico para realizar as reuniões e utilizam, provisoriamente, a Creche-escola 11 de Dezembro.

## Nota de esclarecimento

O Jornal Relatos nesta primeira edição tem o propósito de mostrar os principais temas que circundam o dia 11 de dezembro de 1998. Diante das incansáveis tentativas de realizar uma entrevista com o empresário Osvaldo Prazeres Bastos, o Jornal Relatos informa que até o fechamento desta edição foram mais de quinze ligações telefônicas, além dos três encontros remarcados, sempre sem êxito para a conclusão desta pauta. Informamos que o principal objetivo do Jornal Relatos é unir opiniões acerca de um determinado assunto criando visibilidade e posteriormente comoção pública, com o intuito de que os envolvidos assumam as devidas responsabilidades.

**SEM VERBAS:** Repasse deveria ser feito pelo município no valor de R\$ 238 mil

## CRECHE-ESCOLA 11 DE DEZEMBRO CONTINUA FECHADA

Quem passa hoje pelo bairro Irmã Dulce, conhecido também como Mutum, se depara com um cenário díspare. A Creche-escola 11 de Dezembro vazia. Pela noite, um prédio sem iluminação. Com os portões fechados desde o final do ano passado, o repasse que deveria ser feito pelo município no valor de R\$ 238 mil ao ano, não foi realizado até agora, tendo a energia cortada esse mês por falta de pagamento. A coordenação da Creche entregou em janeiro deste ano para a prefeitura de Santo Antonio de Jesus, o projeto para a continuação do convênio que teve início em 2011, porém nenhum acordo foi firmado.

Para que esse repasse chegue, é necessário que o prefeito Humberto Leite garanta que o dinheiro seja debitado na conta da instituição no valor próximo de R\$ 20 mil todo mês. “Gostaria de deixar claro que o recurso não sai dos cofres do município, mas vem diretamente do Ministério da Educação, onde cadastramos as mais de 70 crianças associadas no senso escolar para ter direito a essa verba”, salienta o coordenador da Creche-escola 11 de Dezembro, Manoel de

Jesus Motta, conhecido como Manoel Missionário.

**RODADA DE NEGOCIAÇÃO:** No dia 15 de março foi realizada uma reunião com o prefeito, o coordenador da Creche-escola e representantes do Movimento 11 de Dezembro para resolver este impasse. Em sua fala, Humberto Leite informou que já está providenciando a resolução deste problema, para que o calendário acadêmico das crianças não sofram alterações.

Apesar de assumir responsabilidades, o convênio não foi assinado. Diante deste impasse, mães de alunos da Creche-escola 11 de Dezembro se reuniram em grupos e foram as emissoras de rádio para cobrar agilidade no processo. O prefeito se comprometeu que até final de março assinaria o acordo. “Só não foi assinado ainda por conta da burocracia decorrente do processo de mudança de gestão”, afirma Humberto Leite.

**CRIAÇÃO DA CRECHE:** A creche 11 de Dezembro foi fundada no dia 22 de janeiro de 2001, com o objetivo de



Coordenador afirma que a verba vem diretamente do Ministério da Educação

atender as trinta e seis crianças que ficaram órfãs devido à morte das suas mães na explosão. Os representantes do Centro Missionário de Bedroom, na Itália, sensibilizados pela causa, recolheram fundos e construíram o Centro Comunitário 11 de Dezembro, localizado na comunidade do Mutum, momento em que surgiu a ideia para a criação da Creche-escola. O espaço foi cedido pelo prefeito da época, Dr. Álvaro Veloso Bessa, onde o município doou a área para a Associação das Obras Sociais da Paróquia do São Benedito, que atualmente gerencia financeiramente a Creche.

**DIFICULDADES:** Apesar de certa normalização no repasse feito pelo Ministério da Educação desde o ano passado, a Creche-escola passou por sérios problemas durante muitos anos, contraindo dívidas com a Receita Federal, chegando ao valor de R\$ 30 mil. “Temos dezesseis funcionários que recebem um salário mínimo, fora as contas de água, luz e gás para pagar. Diante de tudo isso ainda temos que pagar todo mês o valor de R\$ 600,00 para quitar o débito com a Receita Federal. Precisamos da ajuda do estado e município para a continuação da Creche-escola”, salienta Manoel Missionário.



**A Paróquia do São Benedito, através da ajuda do Centro Missionário da Itália manteve a Creche-escola durante 5 anos**



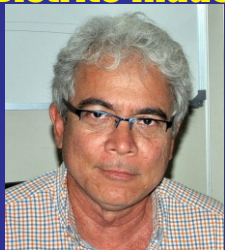
**A Creche-escola ficou sem verba durante os anos de 2006 a 2010. O município ajudava com uma singela quantia no valor de R\$2.500**



**Em 2011, o município deveria repassar a verba que vem do Ministério da Educação. Até agora a Creche não recebeu**

**Secretário da Indústria, Comércio e Mineração, James Correia, visita a área do novo Distrito Industrial no próximo dia 12, para dar andamento ao projeto ainda este ano**

Arquivo TV Recôncavo



## A FÊNIX RENASCE

“Se o estado possui uma área com capacidade de gerar emprego e renda para cinco mil pessoas, porque empregar só cem? Isso é uso totalmente equivocado do patrimônio público. Empenhar 450.000m<sup>2</sup> para a produção de fogos de artifício não deu certo porque no universo de dez produtores de fogos, apenas um quer sair da clandestinidade, devido a sua lucratividade”, diz Conceição Gonzalez, gerente da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial – SUDIC, quando questionada sobre a desapropriação do Condomínio de Produção Regular de Fogos de Artifício – CO-Fênix, para o projeto do novo Distrito Industrial.

Para garantir que o projeto aconteça, no dia 13 de março, o vice-governador e secretário de Infraestrutura, Otto Alencar e o secretário da Indústria, Comércio e Mineração, James Correia, recebeu a gerente da SUDIC para discutir sobre o projeto de ampliação do Distrito Industrial. Ficou acordado que o secretário James Correia visitará a área no próximo dia 12 de abril e que uma equipe técnica fará uma análise orçamentária da pavimentação, rede de esgoto e água, que viabilize ao estado

formas de pagar essa obra, com previsão para começar ainda este ano.

Para Manoel Missionário, coordenador da Creche 11 de Dezembro, a mobilização do estado para que a área se torne um distrito industrial é válida, primeiro pelo fato do local não ter sido utilizado para sua finalidade e segundo “para não deixar pessoas como o genro do empresário 'Vardo dos Fogos' se apropriar novamente do espaço para criar porcos. Isso é o contraditório”, afirma indignado.

Apesar de Conceição salientar que o projeto é importante para a geração de emprego e renda no município, o empresário Nilton Pimenta, conhecido como Picopel se diz contrário à forma como está sendo gerido o projeto, onde afirma que os representantes parecem ter esquecido que o espaço foi criado para reparar os danos causados aos familiares das vítimas da explosão: “Fiquem sabendo que em seus ombros vão ficar eternamente o peso da injustiça que os senhores estão fazendo contra as 64 vítimas que pagaram com suas vidas aqueles 450.000m<sup>2</sup> para a produção de fogos de artifício de forma segura”, garante o empreendedor.

**A NOVA FÊNIX:** Após tantos insucessos com a produção de fogos, a solução mais pragmática foi designar uma utilidade para o referido imóvel. Pensando nisso, o novo projeto de ampliação do Distrito Industrial prevê a capacitação e admissão regularizada dos artesãos nas indústrias, principalmente aqueles que dependem financeiramente da produção informal de fogos de artifício, além de desapropriar uma área menor para acomodar os artesãos que desejam regularizar sua produção.

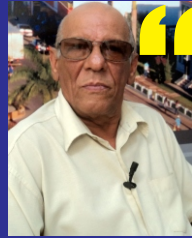
Arquivo TV Recôncavo



**“Se o estado possui uma área com capacidade de gerar emprego e renda para cinco mil pessoas, porque empregar só cem?”**

diz Conceição Gonzalez, gerente da SUDIC, quando questionada sobre a desapropriação do CO-Fênix

**A ANTIGA FÊNIX:** Após a tragédia, milhares de pessoas do município, abrangendo principalmente a área rural, além das cidades circunvizinhas, ficaram desempregadas devido à intensificação na fiscalização da produção clandestina de fogos. Diante do quadro que se formou, o País e exclusivamente o Estado da Bahia foram pressionados pela Organização dos Estados Americanos – OEA, Organizações das Nações Unidas – ONU e a Comissão Internacional de Direitos Humanos para que tomassem um posicionamento diante da tragédia.



**“Fiquem sabendo que em seus ombros vão ficar eternamente o peso da injustiça que os senhores estão fazendo contra as 64 vítimas que pagaram com suas vidas aqueles 450.000m² para a produção de fogos de forma segura.”**

garante e empresário Picopel

implantação do CO-Fênix, inaugurada em 2000, onde de início, o projeto não obteve êxito sob a gestão de pequenos artesãos de fogos, os quais encerraram sua produção em 2003.

Após esse primeiro fracasso, três empresas com experiência de mercado, a BigfireWorks, Brasilians FireWorks e Bahia FireWorks iniciaram suas produções no ano de 2004, com contratos de concessão de uso gratuito firmados com a SUDIC. Essas empresas vieram de Santo Antônio do Monte, Minas Gerais, por ser modelo de gestão, além de serem empresas geradoras de emprego e renda no estado.

Em 2007 as três concessionárias não conseguiram manter suas atividades de produção no CO-Fênix, sendo o imóvel abandonado, e de forma ilegítima, o genro de Osvaldo Prazeres Bastos se apoderou do espaço durante cinco anos, criando porcos. Em novembro de 2011 foi expulso e à posse retornou para o estado.

Para Conceição, o motivo do projeto não ter avançado se dá pela disputa com os produtores clandestinos da região: “As fábricas tiveram o mesmo problema que os artesãos em 2003, a concorrência desleal com a produção irregular, pois é facilmente observado que a lucratividade da empresa de fogos só existe quando há irregularidade, quando não é exigida a parte técnica no local, quando não exige o recolhimento do INSS e salário mínimo com carteira assinada”, garante.

Conceição ainda enfatiza que o transporte das pessoas para o CO-Fênix também limitou a continuação do projeto, já que o imóvel fica na Rodovia Estadual BA-245 (antiga Fazenda Açougue Velho).

**DESVIO DA VERBA:** O governo do Estado, por intermédio do Banco do Nordeste do Brasil – BNB injetou, por empréstimo, mais de R\$ 2 milhões de reais nas mãos dos “responsáveis” pelo destino do Projeto Fênix. Foi um fracasso total. Até hoje não se sabe onde foram parar pelo menos 50% dessa verba, já que no projeto só foram realizadas as compras do terreno e a construção civil dos galpões. Questionado a alguns representantes do Projeto Fênix sobre a utilização inapropriada deste dinheiro, houve omissão e resistência em tocar neste assunto.



Arquivo SUDIC

Foi criado em 1999, o Projeto Fênix – Caminhos para a Solução, com o intuito de implantar o CO-Fênix, propício à legalização, modernização gerencial e tecnológica das pequenas unidades produtoras, gerando ocupação e renda, além de orientar os produtores através de cursos profissionalizantes e treinamentos para total segurança na fabricação dos fogos.

Com esse intuito formaram-se em Santo Antonio de Jesus grupos composto por empresários, instituições políticas, sociais e religiosas, que assumiram a responsabilidade de estruturar e organizar o Projeto Fênix, sendo dividido em três fases: as duas primeiras de execução, com a identificação de interesses (criação do Conselho Deliberativo e Coordenação Técnica) e do estudo de viabilidade (levantamento dos recursos financeiros e definição do local). Simultaneamente foi elaborada a estruturação para a

Arquivo SUDIC



**Genro de Osvaldo Prazeres Bastos criou porcos no CO-Fênix durante cinco anos**

## O PODER SOBERANO

Gildo Frões, filho de Vardo dos Fogos assume o CEREST – 11 de Dezembro, que tem como proposta prevenir o trabalho irregular de fogos na região

Uma das primeiras atitudes após a posse do atual prefeito do município de Santo Antonio de Jesus, Humberto Leite, foi nomear um representante para coordenação do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador – CEREST – 11 de Dezembro. A população só não esperava que esse representante fosse Gildo Frões, filho do empresário Osvaldo Prazeres Bastos, um dos maiores fabricantes de fogos ilegais de todo o Recôncavo Baiano.

Para a líder do Movimento 11 de Dezembro, Maria Madalena, esta nomeação só ressaltou que a luta não pode parar contra o poder influente que a família possui no município “Como combater a clandestinidade, regularizar a profissão, se um cargo como este é ocupado por uma pessoa da família Bastos? Ele é uma ameaça!”, ressalta Madalena.

A ex-coordenadora do CEREST, Dra. Ana Wanderley, enfatiza que deveria existir uma preocupação por parte da sociedade sobre o papel do CEREST no município, já que qualquer trabalho de combate à produção clandestina de fogos que for realizado vai passar pelo Órgão. “Isso é um absurdo! A explosão no dia 11 de dezembro de 1998 foi categorizada como uma tragédia mundial, não deveria ser um

representante da família Bastos à frente do CEREST, querendo ou não, fica sua parcela de culpa no acidente”, critica ela sobre a nomeação realizada pelo representante do executivo municipal. Procurado diversas vezes pela reportagem, Gildo Frões não quis se manifestar.

### SEM ALTERNATIVAS PARA MUDANÇAS:

Nos últimos anos, devido à pesada carga tributária e às inúmeras exigências documentais, praticamente todas as empresas legalizadas fecharam suas portas, ficando a demanda cultural e sócio-econômica pela fabricação na Região, a cargo de fabriquetas artesanais clandestinas, sem as necessárias condições de segurança de trabalho. Um produtor que não quis se identificar explica que não há como combater a clandestinidade, pois a lucratividade só existe na irregularidade da venda dos fogos. Outro ponto citado por ele é a relação afetuosa que a maioria dos trabalhadores sentem por empresários como Vardo dos Fogos: “Ele nos arranja trabalho. É o pai dos pobres!”, diz o produtor clandestino.



Arquivo TV Recôncavo

**A REPRESENTATIVIDADE DO CEREST:** Centro de Referência de Abrangência Regional, faz parte dos serviços da rede do Sistema Único de Saúde – SUS e se destina a desenvolver ações de prevenção e promoção da saúde dos trabalhadores independente do tipo de vínculo empregatício (trabalhadores formais: com carteira assinada; trabalhadores informais: sem carteira assinada; do serviço público ou privado; autônomos e desempregados). O Órgão atua na sua sede e em 27 municípios que possuem grande número de empresas e estabelecimentos de relevância à saúde do trabalhador, e tem como propósito principal erradicar o trabalho clandestino na produção de fogos de artifício, sendo que, pela iniciativa, foi modelo a ser seguido no estado da Bahia e no Recôncavo.

“ **A produção clandestina de fogos de artifício é igual ao tráfico de drogas: todo mundo sabe como acontece, quem fornece, onde deve atuar, mas nenhum órgão toma um posicionamento realmente efetivo para combater esse problema,**

diz a Dra. Ana Wanderley, ex-coordenadora do Cerest



Arquivo TV Recôncavo



Avana Cavalcante

**A ROTA DO TRÁFICO:** “A produção clandestina de fogos de artifício é igual ao tráfico de drogas: todo mundo sabe como acontece, quem fornece, onde deve atuar, mas nenhum órgão toma um posicionamento realmente efetivo para combater esse problema”, afirma Dra. Ana sobre a situação que se perdura no município.

Essa cadeia produtiva acontece da seguinte forma: os carreteiros (indivíduos que distribuem ilegalmente a pólvora) passam a mercadoria para os produtores (que recebem e estocam em locais inadequados, como fábricas sem autorização, tendas ou em fundos de quintais das suas residências, submetidos a sérios riscos de explosões) que depois do produto pronto, enviam para os revendedores, que são os empresários.

A maior preocupação dessa rota para o Capitão Arivando, do Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados da 6ª Região do Exército Brasileiro, é o estoque que os produtores fazem do material em suas moradias. “Essa despreocupação pode desencadear em explosões com mortes em cadeia, pois esses lugares são locais próximos de residências. É de fato uma bomba-relógio”, diz o Capitão.

A rota do tráfico acontece durante todos os meses, principalmente na zona rural. Porém, devido à festa de São João a produção é mais intensa no



início do ano. Não dá para imaginar de fato quantas fábricas clandestinas existem nos 23 municípios fiscalizados pela Polícia Civil, por sempre estarem mudando de local para não serem pegos.

Os municípios que mais produzem de forma irregular são: Santo Antonio de Jesus, Muniz Ferreira e Cruz das Almas, todos no Recôncavo Baiano. O coordenador da 4ª COORPIM de Santo Antonio de Jesus, Paulo Roberto Guimarães explica que a aplicação da pena é em torno de seis a dez anos, independente de ser ele o proprietário da fábrica ou o empregado, “tudo depende do transcorrer do processo judicial”, salienta.

**PERFIL-PRODUTOR:** A maioria dos

produtores são moradores do bairro Irmã Dulce, próximo à saída da cidade. Mesmo sabendo de toda a história e dos problemas que podem gerar, eles alegam que o desemprego é o motivo pelo qual continuam na fabricação de explosivos. Os moradores acreditam também que a dificuldade de encontrar emprego se deve ao fato da imagem marginalizada do bairro, onde se refugiam muitos assaltantes. “Não se pode continuar trabalhando para pessoas como Vardo dos Fogos, que enriquecem às nossas custas, pagando R\$1,00 por milheiro de traque. Eu ficaria mais feliz se as pessoas me dissessem que catariam lixo para não produzir mais fogos”, diz Madalena, líder do Movimento 11 de Dezembro.

**PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO:** No dia 18 de outubro de 2006 esteve em Washington, capital dos Estados Unidos, o Movimento 11 de Dezembro, em audiência pública da Comissão Interamericana de Direitos Humanos que tratou da tragédia. O processo que tramita no Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos desde 2001, por denúncia feita pelo Movimento, reconheceu que o Estado Brasileiro tem sua responsabilidade no caso e admitiu que o Exército Brasileiro ficasse com a incumbência de reparar os danos causados pela explosão no dia 11 de dezembro de 1998.

Diante dessa missão, o Exército Brasileiro é responsável pela

fiscalização das poucas fábricas legalizadas e cadastradas em 28 municípios do Recôncavo Baiano, além de pagar a trinta e sete crianças uma pensão no valor de um salário mínimo até ficarem adultas.

Outra atividade do Exército é observar o movimento do material que essas fábricas recebem, quanto consomem por mês e se todos possuem nota fiscal que comprova a legalidade do produto. Os estabelecimentos são obrigados a enviar mensalmente o mapa de estocagem, que vem acompanhado de uma guia de tráfico, que controla o que o produtor vai comercializar.

“A partir daí, controlamos a distribuição, para evitar problemas

como ocorreu em fevereiro de 2008”, diz Capitão Arivando. Na ocasião, Jerferson Santana, 14, e Roberto Barbosa, 34, moradores do povoado de Bom Conselho, zona rural de Santo Antônio de Jesus, morreram por fabricarem explosivos em tendas, onde foram encontrados dezesseis botijões de gás.

**OPERAÇÃO VULCANO:** Diante deste cenário foi realizada em 2012, na região do Recôncavo Baiano a “Operação Vulcano”, com a participação do Exército e a Polícia Civil. Esta operação teve duração de dois dias com objetivo de fiscalizar a produção clandestina, onde foram apreendidos mais de 4,5 toneladas de fogos de artifícios.

# À JUSTIÇA TARDA MAS NÃO FALHA. SERÁ?

**Condenado, Osvaldo Prazeres Bastos  
recorre ao STF para ser absolvido  
da sentença dada em 2010, que vai  
de seis a dez anos de prisão**



Arquivo Correio da Bahia

Depois da condenação do empresário Osvaldo Prazeres Bastos e seus quatro filhos em 2010, os réus entraram com recurso de apelação ao Tribunal de Justiça da Bahia – TJ-BA, porém não obtiveram êxito onde a solicitação não foi acatada. Como os réus são primários e possuem bons antecedentes criminais, conseguiram entrar com uma medida protelatória que tramita no Superior Tribunal Federal – STF.

Valdemar Ferraz Filho. Essa decisão condenatória também serve para o processo indenizatório, ou seja, para o processo cível que tramita na Comarca de Santo Antonio de Jesus, cujo processo de decisão ficou suspenso aguardando o desfecho do processo criminal. O objetivo foi evitar resultados conflituosos, como absolvição em uma esfera e condenação em outra.

juízo para a comarca de Salvador. “O motivo do desaforamento foi à indução e influência política e econômica dos réus na cidade e região”, diz Dr. Valdemar Ferraz.

O novo julgamento foi marcado para novembro de 2007, só que a defesa entrou com um recurso de embargo de declaração contra o acordo que decidiu o pedido de desaforamento. Só após quatro anos, no dia 20 de outubro de 2010, aconteceu o último julgamento, realizado sob o comando do juiz Moacyr Pitta Lima, na 2ª Vara do Tribunal do Júri, no Fórum Ruy Barbosa, em Salvador.

Só após 23 horas de Júri foi dada a sentença em que Osvaldo e seus quatro filhos, Mário Frões Prazeres Bastos, Ana Cláudia Almeida Reis Bastos, Helenice Frões Bastos Lyrio e Adriana Frões Bastos de Cerqueira foram condenados pela morte das 64 pessoas, vítimas da explosão. Outros três réus que participaram do julgamento foram absolvidos: Berenice Prazeres Bastos da Silva, também da família, e os ex-funcionários Elísio de Santana Brito e Raimundo da Conceição Alves, por não constar provas concretas no envolvimento com a tragédia.

**JULGAMENTOS:** Dia 27 de junho de 2007, estava previsto o julgamento do réu Osvaldo Prazeres Bastos, que iria ao júri popular na comarca de Santo Antônio de Jesus. O advogado de defesa justificadamente não compareceu, deixando para apresentar, no dia anterior da seção no Tribunal do Júri, os seus motivos, que não foram revelados pelo TJ.

Depois dessa ocasião, foi marcada pelos familiares das vítimas, no dia 18 de julho de 2007, uma reunião com o Ministério Público, para pedir o desaforamento do caso – pedido de mandato para o réu ser julgado fora da comarca do município. O Ministério Público atendeu o anseio dos familiares das vítimas e encaminhou a solicitação para o TJ, que conduziu o



Avama Cavaleante

“O certo é que, esgotada essa parte e sendo mantida a decisão condenatória no STF começa a fase de execução que é o cumprimento da pena, que será sentenciada de seis a dez anos de prisão para os acusados”, explica o promotor de Justiça do Ministério Público de Santo Antonio de Jesus, Dr.

## PORQUE A DEMORA DO JULGAMENTO?

Em 1999 foi aberto o processo criminal por dolo eventual indireto, ou seja, onde a pessoa não quer diretamente praticar o delito, mas assume a responsabilidade pelos seus atos. Após o recebimento da denúncia do processo criminal, que formaliza o início do inquérito, o processo tramitou em Santo Antonio de Jesus, momento em que o Ministério Público recolheu informações necessárias para o processo, como ouvir as testemunhas, interrogar o réu e

busca de provas concretas. Após esta etapa veio à pronúncia, que é escolhida a data da seção, ocasião em que remeteu aos réus o julgamento pelo Tribunal do Júri, onde sete pessoas de vinte e uma foram sorteadas para o dia da seção que finalmente, ocorreu em 2010.

O principal motivo da demora foi o recolhimento dos depoimentos das oito testemunhas de defesa, onde cada um poderia escolher cinco testemunhas para serem ouvidas

pelo Ministério Público. O advogado de defesa utilizando desse recurso, solicitou de seus contratantes que a escolha das testemunhas fossem principalmente de outros estados do país para que demorassem de receber a carta precatória – ofício que solicita a participação das testemunhas no depoimento sobre os réus no Ministério Público. Só após o recolhimento das quarenta testemunhas o processo pode dar andamento.